

# Funções políticas do conceito de identidade: A psicologia, o self e o poder (\*)

MIGUEL M. GONÇALVES (\*\*)  
ÓSCAR F. GONÇALVES (\*\*)

A revolução cognitiva (cf. Gardner, 1985) reabilitou o conceito de self como um dos construtos centrais da psicologia, depois do paradigma comportamental se ter desinteressado totalmente por este conceito, que tinha sido objecto principal de teorização de psicólogos como Freud, James ou Mead (Gergen, 1984). Os modelos cognitivos do self representam hoje um dos domínios mais importantes de investigação e difundiram-se de tal forma por todo o corpo teórico da psicologia, que não seria de todo despropositado afirmar-se que a psicologia é hoje, em larga medida, a disciplina do self. Desta forma, na opinião de Hoffman (1992), o self assumiu-se como uma das mais importantes «vacas sagradas» da psicologia.

Esta centração representa, como mostra Burkitt (1992), uma tentativa da Psicologia demarcar o seu objecto do das disciplinas de investigação social (e.g., sociologia, antropologia). A

psicologia teria um estatuto epistemológico diferenciado de outras ciências sociais, precisamente pela sua centração na individualidade e na interioridade.

Existem, contudo, sinais claros de que esta forma de demarcação se começa a esgotar. A metáfora central que orientou toda a investigação e conceptualização sobre o self está actualmente a ser contestada de diferentes quadrantes teóricos (e.g., construcionismo social, interaccionismo simbólico).

Neste artigo iremos começar por caracterizar uma das mais importantes metáforas do self – o self como mónada ou contentor. Em seguida serão discutidas as funções política-ideológicas desta concepção e as principais críticas que este modelo de identidade tem sido objecto, para depois analisarmos que futuro existe para uma nova psicologia sem a individualidade monadal como metáfora organizadora.

## 1. SELF MONADAL

Uma das metáforas dominantes do self tem sido, como mostram diferentes autores (e.g., Gergen, 1992; Bruner, 1990; Sampson, 1993) a metáfora do contentor ou da mónada.

Esta concepção é bem patente, por exemplo,

---

(\*) A correspondência sobre este artigo deverá ser enviada para Miguel M. Gonçalves, Departamento de Psicologia, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4709 Braga Codex, Portugal, e-mail: mgoncalves@iep.uminho.pt.

(\*\*) Universidade do Minho, Departamento de Psicologia, Campus de Gualtar, 4709 Braga Codex.

em Damon e Hart (1982): «Ao contrário dos conceitos relacionais (amizade, autoridade) ou dos conceitos de regulação (equidade, regras sociais, convenções), todos eles ligando o indivíduo à sociedade, o conceito de self proporciona entendimento da diferenciação entre indivíduo e sociedade.» (p. 843)

A metáfora do contentor depende de vários conceitos a ela associados: (1) carácter privado do self, com fronteiras bem definidas; (2) natureza real do self e (3) coerência e relativa ausência de contradições. Explicitamos, de seguida, cada uma delas.

### **1. Carácter privado do self**

O indivíduo é concebido como um contentor isolado dos outros indivíduos (Shweder & Sullivan, 1990; Burkitt, 1992; Sampson, 1985, 1990, 1993), independente da cultura (Bruner, 1986). É evidente que nesta perspectiva se aceita que o self é objecto de um processo de socialização, mas o produto final é uma entidade diferenciada, origem da acção e do pensamento.

### **2. Natureza real do self**

A metáfora do contentor permite reificar o self e concebê-lo como uma essência. Nos modelos cognitivos esta «substância» encontra-se nas estruturas cognitivas ou esquemas: «O self, de acordo com a teoria actual, representa um esquema articulado que (a) organiza estruturalmente a memória semântica (i.e., abstracta, conceptual) e episódica (i.e., autobiográfica, concreta) acerca do próprio e (b) controla funcionalmente o processamento da informação auto-referente.» (Nasby, 1989, p. 117)

O processo de reificação é ainda mais notório quando a linguagem utilizada é mais concreta. Assim, Trafimow, Triandis e Goto (1991) ao investigarem a possível diferenciação estrutural entre self privado e self público utilizam uma interessante analogia, demonstrativa, em nossa opinião, deste essencialismo: «Para usar uma analogia rudimentar, considere-se um cesto contendo bolas azuis e vermelhas (referência a cognições privadas e públicas). A probabilidade de retirar uma bola vermelha depende do número de bolas vermelhas, relativamente ao total de bolas existentes no cesto.» (p. 649)

### **3. Coerência e relativa ausência de contradições**

O indivíduo deverá, no seu desenvolvimento, tornar-se uma entidade diferenciada dos outros, com fronteiras bem definidas e tanto melhor adaptado quanto menos contradições internas existirem. Esta concepção começou já a ser contestada no interior dos modelos cognitivos (Markus & Nurius, 1986; Markus & Wurf, 1987; Markus, 1990; Wurf & Markus, 1991). Contudo, apesar desta recente crítica à coerência, vários modelos na psicologia reclamam o carácter não-contraditório, não-ambíguo e integrado dos indivíduos «normais». Esta concepção é bem clara, por exemplo, nas teorias clássicas sobre a identidade (e.g., Erikson, 1976; Marcia, 1966).

A metáfora do contentor é assumida como um facto natural – não como uma construção social – e tem sido um importante ideal veiculado pela psicologia (Sampson, 1993). Esta concepção é central em teorias tão distintas como o modelo de Eysenck (cf. Hampson, 1988) ou a teoria psicanalítica. Os modelos clássicos da personalidade, ao enfatizarem a noção de traço, aceitam a natureza interna dos mesmos (ibidem). Também na teoria freudiana o indivíduo é um contentor, que funciona de forma «hidráulica» – quanto maior o investimento nos outros, menor o investimento no self. A conceptualização dos outros de forma negativa é, do ponto de vista de Sampson (1993), também bem patente na concepção que Freud (1923/1976) tem das influências grupais. Em situação de grupo o sujeito pode perder a sua individualidade e ser levado a desempenhar comportamentos que são contrários às suas opções (ibidem). Outros modelos da psicologia (humanistas, perspectiva das relações objectais, comportamentalismo) realizam também esta «celebração do self» (cf. Sampson, 1993).

É claro, para Sampson (ibidem), que esta conceptualização do self faz emergir as relações interpessoais de forma negativa, levando-nos a acreditar que devemos ser autónomos, independentes, livres e, sobretudo, estarmos atentos às ameaças dos outros à nossa auto-determinação.

Esta concepção monadal do self tem sido tratada pelos seus defensores como uma evidência natural, sobre a qual qualquer dúvida seria insen-

sata. Contudo, os estudos antropológicos demonstram que este modelo está em larga medida limitado à tradição ocidental do self. Como refere Bruner (1986), o carácter privado do self resulta de uma distinção cultural entre self privado e self público, isto é, entre os aspectos da nossa identidade que devem ser negociados com os outros e os aspectos que devemos guardar para nós. Parece ser claro que a cultura ocidental reforça uma metáfora egocêntrica, em que a ordem pessoal e social dependem do controlo pessoal, sendo as pessoas concebidas como estruturas equilibradas e centralizadas (Sampson, 1985). A este ideal opõe-se uma metáfora sociocêntrica, existente, por exemplo, em algumas culturas orientais, em que os comportamentos são compreendidos externamente, por referência aos contextos, e as pessoas são entendidas como entidades relativamente descentralizadas (ibidem). Heelas e Lock (1981, cit. Sampson, 1990) reforçam esta ideia, ao defenderem que todas as culturas produzem normas relativamente à diferenciação self-não self e ao grau em que o self é conceptualizado como autónomo ou submetido a controlo externo.

A concepção egocêntrica está em harmonia com uma postura epistemológica mecanicista. A metáfora central desta concepção – a máquina – apela à compreensão da realidade como sendo constituída por mónadas em interacção. A própria «mónada humana» teria do ponto de vista destes modelos, propriedades mecânicas (e.g., comportamentalismo, modelos de processamento da informação, modelos psicanalíticos tradicionais). Como mostra Rychlak (1991), desde o século XVII que Bacon, Hubbes e Locke iniciaram uma crítica da utilização de causas formais (dependentes de explicações formais) e finais (dependentes de explicações teleológicas), defendendo o recurso da ciência às causas materiais e eficientes (explicações que, respectivamente, procuram determinar o material que constitui determinado objecto e as causas imediatas que lhe deram origem). A este ideal aderiram rapidamente os psicólogos, com o interessante corolário de recusarem a compreensão do comportamento baseada na intencionalidade: «O facto irónico é que na psicologia somos ensinados a evitar explicações antropomórficas do comportamento, o que significa que somos ensinados a evitar construí-lo de forma humana.» (ibidem, pp. 6-7)

Um dos principais problemas desta concepção mecanicista é a produção de um conjunto infundável de dualismos (Shweder & Sullivan, 1990; Burkitt, 1992). A dicotomia contentor-exterior, ou mundo subjectivo-mundo objectivo abre a possibilidade de emergência de outros dualismos – mente-matéria, interior-exterior (Shweder & Sullivan, idem), alma-corpo, pensamento-comportamento, emoções-expressão pública das emoções (Burkitt, ibidem).

A metáfora do self que temos estado a descrever – um contentor com propriedades mecânicas – atingiu o seu auge na modernidade.

### 1.1. *Self e Modernidade*

Gergen (1992) descreve o desenvolvimento do self moderno a partir das concepções românticas. No século XVIII e XIX a individualidade era o resultado da «interioridade oculta» (p. 43), locus da alma e das paixões. Contudo, com a revolução industrial, a expansão mercantil e as diversas ameaças de guerras na Europa a ideologia romântica cede à modernidade. Na modernidade é enfatizada a capacidade de prevermos os comportamentos dos indivíduos e a identidade é concebida como sendo relativamente estática e equilibrada. A principal metáfora da modernidade é a máquina (ibidem), sendo os conceitos nucleares deste período o progresso e a verdade. Os modelos comportamentais representam, por excelência, o ideal da modernidade na psicologia – a verdade sobre o comportamento das pessoas é possível desde que conhecidos todos os determinantes externos aos sujeitos.

O conhecimento na modernidade baseia-se em quatro pressupostos centrais (Ibanez, 1992): (1) o conhecimento é válido se for uma representação correcta; (2) o objecto é um elemento constitutivo do mundo; (3) a realidade é independente de nós e (4) a verdade é um critério de decisão.

É fácil ver que para o Homem-máquina da modernidade o self é uma entidade centralizada e monadal, transparente e racional.

No comportamentalismo, o self é objecto de análise comportamental e a introspecção é definitivamente recusada, tornando-se a subjectividade uma «variável parasita» da compreensão e do conhecimento.

Os modelos cognitivos continuam a partilhar uma concepção monadal do self, mas, ao re-

cusarem a objectividade do comportamentalismo, deixam-se influenciar pela ideologia do romantismo. O cognitivismo torna-se no mundo da subjectividade (O. Gonçalves, *ibidem*) e recupera assim a «interioridade oculta» (Gergen, 1992, p. 43), que durante quase 50 anos esteve encerrada na «caixa negra».

Actualmente também o self monadal do cognitivismo começa a dar lugar a um self dialógico (Hermans, Kempen & Loon, 1992) ou relacional e, aparentemente, «a metáfora da máquina está a ser substituída pela metáfora do diálogo, da dança e do drama» (Gergen, 1984, p. 85). Antes, contudo, de analisarmos as consequências para a psicologia do desaparecimento do self no mundo das relações (Gergen & Gergen, 1988), iremos abordar algumas das funções que cumpre a metáfora do self monadal.

### 1.2. *Funções do self monadal*

Diferentes autores (e.g., Sampson, 1990; Stolorow & Atwood, 1992) enfatizam as funções político-ideológicas da metáfora monadal.

Para Sampson (1990), o self monadal assevera a ordem pessoal e social: o individualismo auto-contido centra-se na capacidade de auto-controlo dos indivíduos e de controlo sobre o meio. Este ideal é obviamente central em todas as formas de liberalismo, que encontram na individualidade o seu suporte ideológico.

Esta metáfora permite construir os outros de forma negativa, criando a possibilidade dos que são «não-self» serem objecto de práticas sociais opressivas, a fim de os tornar servis (e.g., negros, mulheres) (Sampson, 1993).

Esta tese de Sampson (*idem*) é reforçada pelos estudos de Foucault (1986), que mostram como as práticas psicológicas de individualização permitiram a emergência de novos dispositivos de poder a partir do século XVII. O panóptico de Bentham (*ibidem*) – edifício de controlo dos indivíduos de forma a que a origem do controlo seja invisível – é uma máquina de exercício do poder que metaforiza arquitectonicamente o self monadal. O panóptico difundiu-se nas prisões, nos hospitais, nas fábricas, nas escolas, nos quartéis e o seu objectivo é individualizar o sujeito de forma a torná-lo dócil. Como diz Foucault (1986), com as novas práticas de poder a «alma, (é) efeito e instrumento de uma anatomia

política; a alma (é) prisão do corpo.» (*ibidem*, p. 32)

É também interessante notar que é a partir desta época que a autoria dos livros passa a ser uma prática corrente, o que, ainda segundo Foucault (1992), se destina a exercer um efeito de controlo sobre os autores de obras politicamente perigosas, o que seria impossível se as obras fossem anónimas.

Toda a obra de Foucault (1976, 1986) demonstra como as ciências humanas se construíram a partir das novas estratégias de poder que surgem nos séculos XVII e XVIII. O poder emergente estrutura-se numa «anatomia-política» – controlo disciplinar sobre os corpos individuais – e numa «bio-política» – controlo sobre as populações (e.g., gestão da natalidade, controlo sanitário) (Foucault, 1976). Os novos poderes emergentes constituem uma «tecnologia de dupla face – anatómica e biológica, individualizante e especificante» (*ibidem*, p. 183). Não admira, pois, que a concepção monadal seja um importante ideal da psicologia, dado que é nela que a individualização atinge o seu expoente máximo.

Curiosamente, as próprias metáforas utilizadas pelos teóricos das abordagens monadais contêm em si analogias sociais que ilustram a função disciplinar desta conceptualização do self. Assim, por exemplo, Freud (1925/1876) utiliza a metáfora de um estado em potencial guerra para descrever o funcionamento individual:

«A civilização humana repousa em dois pilares, dos quais um é o controlo das forças naturais e o outro, a restrição dos nossos instintos. O trono do governante repousa sobre os escravos agrilhoados. Entre os componentes instintuais que são assim colocados a seu serviço, os instintos sexuais, no sentido mais estrito da palavra, são conspícuos por sua força e selvageria. Que desgraça, se eles se libertassem! O trono seria derrubado e o governante calcado sob pés.» (p. 175)

Também Greenwald (1980), de uma perspectiva cognitivista, descreve o self como um estado totalitário. Como explicar esta infiltração do social nas metáforas do self que o rejeitam? Pensamos que estas metáforas são utilizadas precisamente para reforçar o (auto-)controlo que é suposto ser exercido pelo self monadal.

Actualmente, a ideologia monadal é, para di-

versos teóricos (e.g., Sampson, 1990; Stolorow & Atwood, 1992), responsável pela criação de antíteses entre o bem-estar individual e a vida social. Para Sampson (1990) «há uma inerente contradição entre o bem-estar humano e o individualismo auto-contido» (p. 123).

Também Stolorow e Atwood (1992) pretendem que a ideologia monadal, ou como eles preferem designar – «o mito da mente isolada» – gera uma alienação social que corresponde a uma visão heróica do Homem, como auto-suficiente e autónomo, da natureza e dos outros. Esta forma de alienação conduz a um sentimento de isolamento, percebido como natural e inevitável, que nos leva a julgarmo-nos constantes e distantes dos outros. Concomitantemente com esta forma de alienação surge também a alienação da natureza e da própria subjectividade (ibidem):

#### **Alienação da natureza**

Introduz a dissociação corpo-mente e permite ocultar a natureza biológica do Homem, levando-o a esbater a sua vulnerabilidade física e, em última instância, a sua mortalidade. A alienação da natureza conduz a «reificações do self como uma essência imortal que literalmente transcende o ciclo da vida e da morte.» (ibidem, p. 8)

#### **Alienação da subjectividade**

O mito da mente isolada é mantido através da reificação da subjectividade, conferindo à experiência humana propriedades das coisas físicas. Contudo, como vimos atrás a propósito da utilização de metáforas mecanicistas, «perdem-se neste processo as próprias propriedades da vida subjectiva.» (ibidem, p. 11)

O fim da modernidade e o advento da pós-modernidade parecem estar a criar condições para o desaparecimento destas formas de alienação e as novas estratégias de poder emergentes permitem conceptualizar o self como descentralizado, des-reificado e relacional.

## **2. DO SELF INDIVIDUAL À REALIDADE SOCIAL E NARRATIVA**

Os movimentos teóricos mais críticos da metáfora do self monadal têm sido o interaccionismo simbólico (cf. Burkitt, 1992; Hewitt, 1991) e o construcionismo social (Gergen, 1985), recu-

sando ambos o carácter integrado e reificado do self (M. Gonçalves, 1994).

### *2.1. Das estruturas cognitivas ao discurso*

A reificação resulta em larga medida da predominância neo-comportamental da investigação sobre o self (Gergen, 1984). Como argumenta Valsiner (1991) a psicologia cognitiva, que, como referimos, tem gerado os programas mais importantes de investigação sobre o self, complexificou os modelos prévios de estímulo-resposta, mas deles manteve a metodologia e a recusa do impacto do afecto, do contexto, da história e da cultura. As representações mentais só podem ser inferidas, são conceitos estáticos, incapazes de explicar o desenvolvimento e carecem de intencionalidade. Para Valsiner (ibidem) a revolução cognitiva «não foi propriamente uma “revolução” mas mais uma “restauração” da argumentação mentalista da última década do século XIX, agora refrescada pelas metáforas computacionais.» (p. 490)

Assim, com a centração no organismo, como entidade moderadora entre os estímulos do meio e as respostas manifestas, multiplicaram-se na psicologia os construtos que apelam a uma realidade essencial. Na psicologia cognitiva, em particular, estes construtos têm-se multiplicado a partir dos conceitos de esquema ou de estrutura. Desta forma, Harré e Gillet (1994) referem-se ao problema da reificação como a ambiguidade central da psicologia cognitiva – não é claro se com o conceito de estrutura cognitiva se pretende que estas existem de facto (i.e., enquanto estruturas do sistema nervoso central), ou se se trata de uma concepção metafórica.

Os modelos cognitivos têm assumido que são as estruturas cognitivas que produzem efeitos comportamentais visíveis, pressupondo-se assim a existência dum processo determinista em que as estruturas internas têm um estatuto de causa. O grande problema da reificação é precisamente o de conferir realidade material a construtos psicológicos, atribuindo-lhes neste processo propriedades físicas. Consequentemente, o efeito pretensamente visível das estruturas cognitivas (e.g., comportamento, pensamento) é atribuído, não à intencionalidade dos agentes, mas precisamente a operações estruturais.

É fácil de ver que a conduta é assim «desuma-

nizada» e tratada como se fosse um fenómeno físico.

Ao recusarmos explicações estruturais não estamos a voltar a uma racionalidade comportamentalista em que as variáveis da «caixa negra» são ignoradas. É que, de um ponto de vista discursivo (cf. Harré, & Gillet, 1994), os fenómenos psicológicos têm a sua origem nos processos discursivos interpessoais, isto é, na utilização de recursos simbólicos. A «causa» dos produtos cognitivos não está nas estruturas cognitivas, mas no próprio discurso.

A linguagem é assim utilizada para conferir significação, o que é equivalente a dizer que a realidade psicológica tem no discurso o seu suporte existencial. Comportamentos, pensamentos ou emoções são, assim, expressões discursivas.

Uma interessante consequência é que o discurso implica, por natureza, negociação interpessoal de significados. O que significa que a realidade psicológica tem necessariamente uma origem social. Este pressuposto já foi defendido há muito por Vygotsky (cf. Crain, 1992) e pelos teóricos do interaccionismo simbólico, como G. H. Mead (cf. Hewitt, 1991). Contudo, à psicologia tem insistido em não levar até às últimas consequências esta concepção. Os principais paradigmas da psicologia têm tratado o self como uma realidade isolada, como se o nosso interesse tivesse que se centrar necessariamente nesta interioridade fechada. Se admitirmos que a origem dos fenómenos psicológicos, mesmo privados (e.g., pensamento) é social, então a interioridade deve abrir-se para dar lugar ao mundo das relações.

Um último argumento que gostaríamos de defender, antes de nos centrarmos na natureza múltipla e não integrada da identidade, é que a narrativa constitui-se como a organização discursiva por excelência. Como mostraram Bruner (1986) e Gergen e Gergen (1988) a narrativa permite dar significação às experiências quotidianas e em última instância confere à existência uma integração de elementos heterógeneos: «o self é o conjunto de histórias pessoais, ou narrativas, contadas num discurso interno ou contadas aos outros. Os selves, como as relações, são colecções de histórias temáticas.» (Fogel, 1993, p. 139)

A concepção de que o self resulta da produção

de narrativas permite-nos lidar melhor com a sua multiplicidade.

## 2.2. *Da integração à multiplicidade*

A ideia de que o self tem uma natureza social e narrativa, torna mais clara a ideia de que esta entidade já não é estática e equilibrada, como pretendem os defensores do self monadal, mas antes desequilibrada e dinâmica.

As narrativas podem ser mudadas de acordo com a viabilidade das significações, podem ser submetidas a processos de negociação interpessoal e podem mudar nas suas significações mais centrais. Por outro lado, para o mesmo acontecimento é possível elaborar diferentes narrativas, em função, por exemplo, das «audiências» (cf. Sampson, 1993).

Num mundo pós-moderno a instabilidade da identidade pode permitir uma melhor adaptação ao carácter caleidoscópico das mudanças. Como refere Gergen (1992) o self actualmente é uma entidade multifrénica, em que já não existe um verdadeiro «eu» a descobrir precisamente porque a própria noção de «verdade» parece estar em crise.

Esta noção de multiplicidade está a começar a «seduzir» as teorias cognitivas mais clássicas, sendo bem patente o carácter múltiplo do self, por exemplo, no modelo de Markus e col. (Markus, & Nurius, 1986; Markus, & Wurf, 1987; Markus, 1990; Wurf, & Markus, 1991), começando a tornar-se claro que a unicidade, longe de adaptativa, traduz uma rigidez ao nível das significações, que as torna potencialmente patogénicas (cf. Joyce-Moniz, 1993; O. Gonçalves, no prelo; M. Gonçalves, no prelo).

## 3. PSICOLOGIA E DESAPARECIMENTO DO SELF MONADAL

A recusa da concepção monadal tem importantes implicações para a prática clínica. Destacariamos a importância da des-reificação, a concepção não integrada do self, a atenção aos processos de interacção e o indeterminismo.

### 3.1. *Des-reificação*

Uma prática clínica alternativa é totalmente

desinteressada pelas essências que a psicologia académica tem construído, sejam elas estruturas cognitivas, esquemas, ideias recalçadas, etc. No lugar das essências ficam os próprios processos discursivos e passa-se, pois, como defendem Harré e Gillet (1994), de uma ontologia Newtoniana a uma ontologia discursiva, cujo sistema de localização consiste em arranjos de pessoas. As entidades deixam de ser eventos ou coisas para serem actos discursivos e as relações já não são causais mas regras de coerência narrativa. A atenção dos psicólogos deve voltar-se, assim, para os sistemas simbólicos e para a produção de significação.

### 3.2. *Concepção não integrada do self*

Como afirma McAdams (1990), um teórico da identidade como narrativa, a identidade, longe de ser um problema da adolescência, é uma questão existencial que se prolonga por toda a vida. A aceitação do carácter não-integrado do self conduz à aceitação da multipotencialidade existencial. A psicoterapia deixa de ser a estratégia que conduz à nossa interioridade oculta – ao nosso verdadeiro e genuíno self – para passar a ser um processo de comprometimento narrativo e conceptual provisório.

### 3.3. *Importância dos processos de interacção*

O desgaste do self monadal conduz-nos ao mundo das relações. O suporte da nossa identidade deixa de se situar nas estruturas privadas dos indivíduos isolados, para ser a linguagem dos actores em interacção que confere realidade à individualidade.

Como afirmámos antes (M. Gonçalves, no prelo), «A cultura deixa de ser um epifenómeno das explicações psicológicas. Isto não significa optar-se por um novo determinismo social, dado que o indivíduo, longe de ser passivo, é proactivo. O conhecimento origina-se de um “posicionamento discursivo” proactivo relativamente aos discursos disponíveis na matriz sócio-cultural.»

Existe, como defende Owen (1995), uma tensão constante entre o nível individual e o nível social, dado que as pessoas procuram evitar a dissolução da sua individualidade no mundo social, mas, simultaneamente, devem escapar à alienação de um solipsismo individualista.

É, contudo, desta tensão que emergem as significações individuais, que se situam entre o que uma cultura caracteriza como viável e o que as construções prévias de cada um, ou posicionamentos discursivos anteriores, permitem elaborar no presente.

### 3.4. *Do determinismo ao indeterminismo*

Uma das mais importantes características de uma nova psicologia é a aceitação do indeterminismo. Os modelos deterministas estão em colapso nas ciências em geral (Santos, 1987), mas os teóricos da psicologia continuam a usar as ferramentas já enferrujadas que o positivismo determinista lhes proporcionou. Há, do nosso ponto de vista, razões suficientes para admitirmos que a prática clínica tem, em larga medida, resultados indeterminados à partida e que se trata assim de um processo de natureza telenómica. A prática clínica, para usar uma metáfora formulada por François Jacob (1982) a propósito da evolução das espécies, procede, não como uma engenharia, mas como uma bricolagem. O processo clínico é, desta forma, menos previsível mas mais criativo. Já anteriormente (cf. M. Gonçalves, no prelo) tínhamos defendido que este carácter indeterminado resulta da multipotencialidade da realidade, dos encontros interpessoais contingentes e da ambiguidade e possibilidade de renegociação das significações. Esta multipotencialidade e mutabilidade constante das significações torna impossível a sua compreensão dinâmica a partir de qualquer sistema determinista, estático pela sua própria natureza.

É muito provável que algumas destas mudanças sejam já claras para muitos clínicos, dado que, como defende Polkinghorne (1992), a prática há muito é pós-moderna. A epistemologia da prática não aceita o fundamentalismo representacionista – a ideia de que os conceitos científicos se legitimam na realidade –, lida relativamente bem com o carácter fragmentário do conhecimento e defende pressupostos claramente construtivistas – o conhecimento é resultado de processos de construção. Como refere Polkinghorne (idem), se estes pressupostos criam uma epistemologia negativa, excluindo as formas de conhecimento que não respeitam estes princí-

pios, já o pressuposto do neo-pragmatismo permite legitimar novas formas de conhecimento, através da relevância prática.

Se Polkinghorne (ibidem) tem razão, a prática psicológica já existe, pelo menos parcialmente, sem self, na sua versão monadal. Mas que futuro para a psicologia académica? Que diálogos são possíveis entre a teoria e a prática?

As exigências modernistas da psicologia, o seu absolutismo epistemológico e a sua rigidez existencial podem conduzir à sua visível inadequação num mundo pós-moderno. O resultado será um saber com pouca relevância prática, que se auto-perpetua longe da realidade que ironicamente quer representar. Os diálogos entre a teoria e prática ficarão assim comprometidos pela aridez e reduzida pertinência de um saber pretensamente empírico. Este processo poderá conduzir ao desaparecimento, ou pelo menos à marginalização, da psicologia, dado que neste processo a prática pode ser comprometida pela fossilização da psicologia académica.

Outro cenário que nos parece possível é que as tensões entre a teoria e a prática conduzam à reconversação pós-moderna ou discursiva da psicologia. O self deixará de ser uma entidade para passar a ser uma configuração discursiva ou, para utilizar uma metáfora de Gergen (1984), uma dança interpessoal. As preocupações empiricistas reduzir-se-ão e darão lugar a novas preocupações conceptuais e reflexões a partir da prática.

Este processo conduzirá a uma humanização da conduta, dado que o comportamento deixará de ser tratado como um objecto e será re-introduzido de novo o sujeito como preocupação central do saber psicológico.

Assim, o que a pós-modernidade tem caracterizado como a morte do sujeito, não é mais do que o desaparecimento do self monadal reificado, sendo reabilitado o self relacional e discursivo.

#### BIBLIOGRAFIA

- Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bruner, J. (1990). *Acts of meaning*. London: Harvard University Press.
- Burkitt, I. (1992). *Social selves: Theories of social formation of personality* (2.<sup>a</sup> ed.). London: Sage.
- Crain, W. (1992). *Theories of development: Concepts and applications* (3.<sup>a</sup> Ed.). New Jersey: Prentice Hall.
- Damon, W., & Hart, D. (1982). The development of self-understanding from infancy through adolescence. *Child Development*, 53, 841-864.
- Erikson, E. H. (1976). *Infância e sociedade* (2.<sup>a</sup> ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Fogel, A. (1993). *Developing through relationships*. New York: Harvester-Wheatsheaf.
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité: I. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1986). *Vigiar e punir* (4.<sup>a</sup> ed.). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1992). *O que é um autor?* Lisboa: Vega.
- Freud, S. (1976). *As resistências à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago (publicado originalmente em 1925).
- Freud, S. (1976). *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Rio de Janeiro: Imago (publicado originalmente em 1923).
- Gardner, H. (1985). *The mind's new science*. New York: Basic Books.
- Gergen, K. J. (1984). Theory of the self: Impasse and evolution. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 17, pp. 49-115). San Diego: Academic Press.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-273.
- Gergen, K. J. (1992). *El yo saturado*. Barcelona: Paidós.
- Gergen, K. J., & Gergen, M. M. (1988). Narrative and self as relationship. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 21, pp. 17-56). San Diego: Academic Press.
- Gonçalves, M. M. (1994). *Auto-conhecimento e acesso introspectivo: Do self reificado ao self narrativo*. Dissertação de doutoramento, não publicada, Universidade do Minho.
- Gonçalves, M. M. (no prelo). Pós-modernidade e avaliação psicológica: Da racionalidade positivista ao construcionismo social. *Psychologica*.
- Gonçalves, O. F. (no prelo). *Cognitive narrative psychotherapy: The hermeneutic construction of alternative meanings*. New York: Guilford.
- Greenwald, A. G. (1980). The totalitarian ego: Fabrication an revision of personal history. *American Psychology*, 35, 603-618.
- Hampson, S. E. (1988). *The construction of personality: An introduction* (2.<sup>a</sup> ed.). London: Routledge.
- Harré, R., & Gillett, G. (1994). *The discursive mind*. London: Sage.
- Hermans, H. J. M., Kempen, H. J. C., & Loon, R. J. P. (1992). The dialogical self: Beyond individualism and rationalism. *American Psychologist*, 47, 23-33.

- Hewitt, J. P. (1991). *Self and society: A symbolic interactionist social psychology* (5.<sup>a</sup> ed.). Boston: Allyn & Bacon.
- Hoffman, L. (1992). A reflexive stance for family therapy. In S. McNamee, & K. J. Gergen (Eds.), *Therapy as social construction* (pp. 7-24). London: Sage.
- Ibanez, T. (1992). Como se puede no ser constructivista hoy en día? *Revista de Psicoterapia*, 3, 17-28.
- Jacob, F. (1982). *O jogo dos possíveis: Ensaio sobre a diversidade do mundo vivo*. Lisboa: Gradiva.
- Joyce-Moniz, L. (1993). *Psicopatologia do desenvolvimento do adolescente e do adulto*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Marcia, J. (1966). Development and validation of ego identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 551-558.
- Markus, H., & Wurf, E. (1987). The dynamic self-concept: A social psychological perspective. *Annual Review of Psychology*, 38, 299-337.
- Markus, H. (1990). Unresolved issues of self-representation. *Cognitive Therapy and Research*, 14, 241-253.
- Markus, H., & Nurius, P. (1986). Possible selves. *American Psychologist*, 41, 954-969.
- McAdams, D. P. (1990). Unity and purpose in human lives: The emergence of identity as a life story. In A. I. Rabin, R. A. Zucker, R. A. Emmons, & S. Frank (Eds.), *Studying persons and lives* (pp. 148-200). New York: Springer.
- Nasby, W. (1989). Private and public self-consciousness and articulation of the self-schema. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 117-123.
- Owen, I. R. (1995). El construccionismo social y la teoria, practica e inversion en psicoterapia: Un manifesto de psicologia fenomenológica. *Boletín de Psicología*, 46, 161-186.
- Polkinghorne, D. E. (1992). Postmodern epistemology of practice. In S. Kvale (Ed.), *Psychology and postmodernism* (pp. 146-165). London: Sage.
- Rychlak, J. F. (1991). Telosponsivity, dialectical reasoning, and the concept of self. *Perspectives in Personality*, 3, 3-18.
- Sampson, E. E. (1985). The decentralization of identity: Toward a revised concept of personal and social order. *American Psychologist*, 40, 1203-1211.
- Sampson, E. E. (1990). Social psychology and social control. In I. Parker, & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing social psychology* (pp. 117-126). London: Routledge.
- Sampson, E. E. (1993). *Celebrating the other: A dialogic account of human nature*. New York: Harvester-Wheatsheaf.
- Santos, B. S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Shweder, R. A., & Sullivan, M. A. (1990). The semiotic subject of cultural psychology. In L. A. Pervin (Ed.), *Handbook of personality: Theory and research* (pp. 399-416). New York: Guilford.
- Stolorow, R. D., & Atwood, G. E. (1992). *Contexts of being: The intersubjective foundations of psychological life*. New Jersey: Analytic Press.
- Trafimow, D., Triandis, H. C., & Goto, S. G. (1991). Some tests on the distinction between the private self and the collective self. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 649-655.
- Valsiner, J. (1991). Construction of the mental: From the «Cognitive Revolution» to the study of development. *Theory & Psychology*, 4, 477-494.
- Wurf, E., & Markus, H. (1991). Possible selves and the psychology of personal growth. *Perspectives in Personality*, 3, 39-62.

## RESUMO

Neste artigo analisamos a metáfora dominante do self na psicologia – o self como um contentor ou como uma mónada. Depois de caracterizar o self monadal procuramos clarificar as funções político-ideológicas deste conceito, que adquiriu um estatuto central com o advento da modernidade.

São depois caracterizadas as propriedades centrais de uma concepção alternativa de self para, finalmente, nos determos nas principais implicações desta para a prática clínica.

*Palavras-chave:* Self, poder, pós-modernidade.

## ABSTRACT

In this paper we reflect on the dominant metaphor of the self in psychology – the self as a monadic entity. After characterizing the monadic self, we will try to clarify the political-ideological functions of this concept which has acquired a central status with modernity.

We emphasize the properties of an alternative idea of self and the implications of this to the clinical practice.

*Key-words:* Self, power, postmodernity.

## RESUME

Dans cet article nous analysons la métaphore qui a dominée la question du self (soi-Même) dans la psychologie – le self comme un contentif ou comme une monade. Après la caractérisation du self monadél nous essayons la clarification des fonctions politique-ideologiques de ce concept qui a acquis un statut central avec le surgissement de la modernité.

Ensuite on caractérise les propriétés plus importantes d'une conception alternatif de self pour qu'on s'arrête, finalement, dans ses principales implications pour une pratique clinique.

*Mot-clés:* Self, pouvoir, post-modernité.